

HABEAS CORPUS Nº 513.293 - SP (2019/0158320-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : VANESSA PELLEGRINI ARMENIO - SP229887
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDER FERNANDES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, sem pedido liminar, impetrado em favor de **EDER FERNANDES**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o Juízo de Direito da DEECRIM UR6 da Comarca de Ribeirão Preto/SP ao homologar a falta disciplinar de natureza grave do apenado determinou a elaboração de novo cálculo de pena, com interrupção do prazo atinente à obtenção de benefícios da execução (e-STJ, fls. 52-62).

Inconformada, a Defensoria Pública estadual interpôs agravo em execução perante o Tribunal de origem, que lhe negou provimento (e-STJ, fls. 84-88).

Eis a ementa:

"AGRAVO EM EXECUÇÃO. Falta disciplinar de natureza grave homologada. Interrupção do prazo para obtenção de benefícios, inclusive livramento condicional. Precedentes. Agravo improvido" (e-STJ, fl. 85).

Neste *writ*, alega a impetrante, em síntese, existência de constrangimento ilegal em desfavor do paciente pela interrupção dos prazos para aquisição dos benefícios, inclusive livramento condicional em violação ao entendimentos sumulados desta Corte superior (e-STJ, fls. 3-9).

Aduz que no ordenamento jurídico pátrio não há previsão de interrupção e recontagem do prazo para concessão de livramento condicional, como consequência do cometimento de falta grave, ainda que consista em novo delito, sendo certo que o *decisum* ora combatido estaria contrariando as disposições contidas no enunciado n. 441 da Súmula do STJ.

Pugna pela concessão a fim de que seja "reconhecida a ilegalidade da decisão que determinou a interrupção do lapso para livramento condicional a partir da prática de falta grave, por afronta à Súmula 441, deste A. Superior Tribunal de Justiça" (e-STJ, fl. 9).

Sem pedido liminar. O Ministério Público Federal manifestou-se "pelo não conhecimento do *habeas corpus* e pela concessão da ordem, de ofício" (e-STJ, fls. 96-100).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a

existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

A Corte estadual ao julgar o agravo em execução declarou que "[...] Sem embargo do disposto na Súmula 441 do Superior Tribunal de Justiça, esta Colenda Câmara tem se posicionado no sentido de que a prática de infração disciplinar de natureza grave enseja não apenas a interrupção do lapso temporal para promoção de regime, representando, também, óbice à obtenção de livramento condicional, considerada a maior amplitude deste último benefício e a necessidade de se manter a coerência do sistema, algo amparado por pacífico posicionamento do Excelso Supremo Tribunal Federal sobre o tema.

[...]" (e-STJ, fl. 86).

Entretanto, a Terceira Seção desta Corte, em 12/2/2014, ao julgar o Recurso Especial n. 1.364.192/RS, sob o rito de recurso repetitivo (CPC, art. 543-C), consolidou o posicionamento de que a prática de falta grave, no curso da execução da pena, altera a data-base para a concessão de novos benefícios, **exceto para fins de livramento condicional, indulto e comutação da pena.**

Os fundamentos do voto estão sintetizados na seguinte ementa:

"1. A prática de falta grave interrompe o prazo para a progressão de regime, acarretando a modificação da data-base e o início de nova contagem do lapso necessário para o preenchimento do requisito objetivo.

2. Em se tratando de livramento condicional, não ocorre a interrupção do prazo pela prática de falta grave. Aplicação da Súmula 441/STJ.

3. Também não é interrompido automaticamente o prazo pela falta grave no que diz respeito à comutação de pena ou indulto, mas a sua concessão deverá observar o cumprimento dos requisitos previstos no decreto presidencial pelo qual foram instituídos.

4. Recurso especial parcialmente provido para, em razão da prática de falta grave, considerar interrompido o prazo tão somente para a progressão de regime" (Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, grifou-se).

Esse entendimento está, inclusive, consolidado nas Súmulas 441, 534 e 535 do Superior Tribunal de Justiça, a seguir transcritas:

"A prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de pena ou indulto." (Julgado em 10/6/2015, DJe 15/6/2015.)

"A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração." (Julgado em 10/6/2015, DJe 15/6/2015.)

"A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional." (Julgado em 28/4/2010, DJe 13/5/2010.)

Desse modo, merece reforma o acórdão impugnado que, em dissonância com o posicionamento consolidado nesta Corte, determinou o reinício da contagem do prazo para a obtenção de todos os benefícios, pelo paciente.

Ante o exposto, **não conheço do habeas corpus.** Entretanto, **concedo a**

ordem, de ofício, a fim de, apenas, afastar a interrupção da contagem do lapso temporal para concessão do livramento condicional, do indulto e da comutação.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de origem e ao Juízo singular, encaminhando-se-lhes cópias desta decisão.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

